

10515 - Promoção da Cadeia Produtiva de Frutas Nativas do Rio Grande do Sul, Brasil: Pensar as Dificuldades e Buscar as Soluções, de Forma Participativa

Promotion of the Productive Chain of Fruits Native to Rio Grande do Sul, Brazil: Think of the Difficulties and Find Solutions in a Participatory Way

CORRÊA, Claudine de Abreu¹; BELLÉ, Aldaci Menonci²; KÖHLER, Matias¹

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), InGá – Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais, claudine_abreu@yahoo.com, matias.k@ufrgs.br;

² Agroindústria Bellé, belleagroindustria@gmail.com

Resumo: No Brasil parece ser tradicional negligenciar a agrobiodiversidade nativa. Apesar da riqueza de nossas espécies, os programas de governos, de modo geral, priorizam a hegemonia dos monocultivos em detrimento da biodiversidade. Embora mais de uma dezena de espécies de frutas nativas do RS sejam utilizadas em países de outros continentes, os agricultores familiares gaúchos que buscam trabalhar com as frutas nativas enfrentam uma série de gargalos desde o manejo até a comercialização, seja das frutas *in natura* ou sob a forma de produtos derivados. Buscamos, aqui, identificar tais gargalos e construir soluções a partir das demandas dos principais envolvidos, os agricultores familiares. Dessa forma, a pesquisa participativa se mostra fundamental, no momento em que as demandas reais apontadas pelos agricultores são o subsídio para as discussões acerca deste tema.

Palavras - Chave: frutas nativas; agricultura familiar; pesquisa participativa.

Abstract: In Brazil, our mega-diverse country seems to be the neglect of traditional native agrobiodiversity. Despite the wealth of our species, government programs, generally, prioritize the hegemony of monoculture to the detriment of biodiversity. Although more than a dozen species of native fruits of the RS is used in overseas countries, farmers gauchos who seek to work with native fruits face a number of bottlenecks from the management, through processing, to marketing, is the fresh fruit or in the form of derivatives. We seek here to identify these bottlenecks and build solutions from the demands of key stakeholders, farmers. Thus, participatory research proves crucial, at the time indicated by the real demands of the farmers are subsidy for discussions on this subject.

Key Words: native fruits, family farming, participatory research.

Introdução

A imensa biodiversidade brasileira é, ainda hoje, negligenciada, seja sob o ponto de vista de conservação ambiental ou potencialidades de uso sustentável. Parece ser cultural a promoção do exótico em detrimento do nativo. No caso das frutas nativas o cenário não é diferente. Apesar da riqueza de nossos frutos, há carência de estudos das espécies e seu potencial de uso. Mais de uma dezena de frutíferas do RS são utilizadas em outros países (goiaba-serrana e pimenta-rosa, p. ex.). Este também é o caso de várias spp levadas da América do Sul e a Central, que propiciam grandes ganhos econômicos principalmente nos países desenvolvidos. No âmbito da agricultura familiar, o cultivo de frutíferas pode representar um incremento real de renda, não somente pelo fruto *in natura*, mas também pelo uso potencial na elaboração de produtos derivados, p. ex., bebidas, geléias, doces, sorvetes, picolés.

Apesar de tamanha potencialidade, os programas governamentais concentram incentivos,

de modo geral, em grãos e cereais, majoritariamente exóticos. Priorizam a monotonia insustentável dos monocultivos em detrimento dos cultivos de base ecológica, prática, esta, comumente associada às frutas nativas. No Brasil, há alguns trabalhos sobre frutíferas nativas (Hoehne, 1946; Lorenzi *et al.* 2006). No RS, merecem destaque os trabalhos pioneiros de Mattos (1978) e Sanchotene (1988), este último enfocando as frutíferas com utilidade para a fauna na arborização urbana. De acordo com Brack *et al.* (2007), ocorrem no RS pelo menos 109 spp com frutos ou sementes comestíveis, *in natura* ou em produtos derivados. O número de spp, se agregarmos ervas e lianas, pode alcançar um valor próximo a 170, segundo inventário recente e ainda não publicado feito pelos mesmos autores. A cadeia produtiva das frutas nativas enfrenta diversos gargalos que se manifestam em todas as suas etapas, sendo, portanto, necessária a construção de políticas públicas específicas para este segmento. O presente trabalho relata a busca da identificação de tais gargalos e a construção de soluções a partir das demandas dos principais envolvidos, os agricultores familiares. Para tanto, a pesquisa participativa se mostrou ser de fundamental importância quando se pretendeu identificar os verdadeiros gargalos existentes na cadeia das frutas nativas do RS.

Desde o manejo até a comercialização as informações dadas pelos agricultores, principais protagonistas desse processo, forneceram as bases para as discussões subsequentes. Dentre eles destacou-se Aldaci Bellé (50 anos), produtora familiar de Antônio Prado, região serrana do RS, proprietária, junto ao esposo e a filha, da Agroindústria Bellé. A Família Bellé é assistida há alguns anos por pesquisadores do dep. de Botânica da UFRGS, vinculados ao grupo de extensão Viveiros Comunitários-GVC. A produção familiar está baseada, sobretudo, nas frutas nativas do RS, dentre as quais destacam-se araçá (*Psidium cattleianum*), guabirova (*Campomanesia xanthocarpa*), guabijú (*Myrcianthes pungens*), butiá (*Butia capitata*), goiaba-serrana (*Acca sellowiana*), cereja-do-riogrande (*Eugenia involucrata*), pitanga (*Eugenia uniflora*) e, mais recentemente, os frutos da palmeira juçara (*Euterpe edulis*). Os principais produtos são polpas, sucos e doces. A família participa da Feira de Agricultores Ecologistas da José Bonifácio, principal feira ecológica de Porto Alegre, desde sua fundação há mais de 21 anos. Toda a produção é manejada de forma ecológica e seis de seus produtos já tem certificação de orgânicos.

Metodologia

Durante a realização do “I Encontro sobre Agrobiodiversidade e Sementes Crioulas: uma condição para a soberania dos povos”, 2010, em Stª Cruz do Sul, RS, Aldaci relatou aos presentes as dificuldades encontradas pelos pequenos agricultores que optam pela produção e comercialização de frutas nativas, seja *in natura* ou sob a forma de derivados. Essa demanda, legítima, fortaleceu ainda mais a parceria entre a agricultura familiar (representada no momento pela Família Bellé) e a UFRGS, nas figuras de seus pesquisadores. A partir de então, o grupo articulou um evento específico para a discussão desta temática. Assim, em dezembro de 2010 foi realizado o “I Seminário Técnico Frutas Nativas do Rio Grande do Sul: manejo, beneficiamento e comercialização”, evento promovido por grupos de extensão vinculados a Ufrgs e apoiado pela Sec. do Meio Ambiente do RS (SEMA). O dia de discussão contou com 95 pessoas, entre agricultores, técnicos de órgãos governamentais e de ONGs, pesquisadores, estudantes, indígenas, quilombolas e outras pessoas e outras pessoas interessadas no tema. Ao longo da manhã de trabalho, as falas intercalaram-se entre todos os presentes. A parte da tarde foi reservada à discussão em 3 GTs, compostos no final da manhã: GT manejo, GT

beneficiamento e GT comercialização. A família Bellé buscou estar representada em cada um deles, e assim o fez. O último momento do dia foi destinado à socialização das discussões feitas em cada GT e a tomada de decisão relativa aos encaminhamentos subseqüentes, por parte da plenária.

A formação e atuação efetiva do GT amplo constituído a partir do seminário são parte fundamental do processo. Desde a realização do evento o grupo organiza reuniões periódicas, realizadas ora na Sec. de Agricultura do RS ora na Emater, de tal forma que estejam nelas representadas todos os segmentos envolvidos na discussão: agricultura familiar, universidade, órgãos governamentais e Ongs. Algumas são de caráter mais operacional, restritas, e, outras, de caráter técnico, abertas ao público, amplamente divulgadas nas redes parceiras. A família Bellé tem sido exemplo de atuação, fazendo-se representar em todas as reuniões agendadas.

Resultados e Discussão

Como um dos principais encaminhamentos os participantes do seminário propuseram a composição de um grupo de trabalho interinstitucional envolvendo as instituições governamentais e não-governamentais implicadas e a sociedade. Algumas proposições aos gestores públicos foram sistematizadas a partir de cada GT. Entre os apontamentos dos GTs figuraram: necessidade de incentivo governamental ao desenvolvimento de pesquisa com frutas nativas e seus produtos, contemplando a participação dos agricultores; assist. técnica quanto às possibilidades de uso e manejo sustentável de RL e APPs; incentivo aos SAFs e ao viveirismo com spp nativas; campanhas educativas para um bom entendimento da legislação ambiental, com elaboração de materiais e sua inclusão em *sítes* institucionais; adequação da legislação às características da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, respeitando as formas de saberes e fazeres locais; políticas públicas que facilitem o registro, bem como linhas específicas de crédito; políticas públicas para acessar mercados institucionais (PRONAF, PAAs e PNAE); maior integração entre os ministérios (MDA, MMA, MDS) para que desenvolvam ações conjuntas promovendo os produtos da agrobiodiversidade gaúcha; o fortalecimento das feiras agroecológicas, como espaços de sensibilização, transformação social e educação; aproveitamento integral das frutas nativas (usar o fruto, não esquecendo a conservação das sementes, a produção, a comercialização e o plantio de mudas em sistemas agroecológicos).

Em especial no âmbito de políticas públicas, a existência de leis e sua respectiva falta de implementação ficou evidente. Dentre outros ex. Decreto nº 7.272, de 2010, regulamentador da Lei nº 11.346, que cria o SISAN, nos artigos 3º e 4º prevê a “promoção e estruturação de sist sustentáveis, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos que respeitem a biodiversidade e fortaleçam a agricultura familiar”. Embora, ao longo dos últimos anos, haja diversas iniciativas de discussão do tema por parte de cooperativas de produtores e entidades ligadas a agroecologia, tais iniciativas dão-se, de modo geral, de forma isolada e pontual. Assim, a necessidade de convergência e de articulação dessas ações objetivando soluções práticas se faz urgente. Nesse sentido, o encontro de pessoas e entidades envolvidas nos mais diferentes aspectos da cadeia produtiva das frutas nativas representou um importante passo para o avanço do processo, de forma coesa e objetiva. As discussões evidenciaram a contradição existente entre o papel estratégico potencial das frutas do ponto de vista da conservação e promoção da agrobiodiversidade e o atual quadro

desanimador de carência de políticas públicas que viabilizem estas atividades. Ficou sugerido, portanto, que as diretrizes já existentes voltadas à agricultura familiar e a conservação ambiental podem ser articuladas através de políticas viabilizadoras do manejo, beneficiamento e comercialização das frutas nativas do RS.

Agradecimentos

Aos colegas dos grupos GVC, Uvaia, Desma; Ingá, Agda Ikuta e família Bellé.

Bibliografia

BRACK, P.; KINUPP, V. F.; SOBRAL, M. 2007. Levantamento preliminar de espécies frutíferas de árvores e arbustos nativos com uso atual ou potencial do Rio Grande do Sul. **Rev. Bras. Agroecologia**. Porto Alegre. .2 (1): 1769-1772.

DECRETO nº 7.272\ 10

HOEHNE, F. C. *Frutas Indígenas*. Secretaria Agricultura, Indústria e Comércio – Instituto de Botânica, São Paulo, 1946.

LORENZI, H. et al. **Frutas brasileiras e exóticas cultivadas** (de consumo em natura). Nova Odessa – SP. Plantarum, 2006

MATTOS, J. R. **Frutos Indigenas Comestíveis do Rio Grande do Sul**. 2ª ed. Publicação IPRNR,N.1, Porto Alegre. 1978.

SANCHOTENTE, M. C. C. **Frutíferas nativas úteis à fauna na arborização urbana**. 2ª ed. Porto Alegre. Sagra, 1988